



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: SABER NECESSÁRIO

Ana Júlia Rêgo Vieira da Luz ¹
Vanêssa Xavier Silva Sousa ²

RESUMO

Ser professor é desafiar-se, questionar-se, reinventar-se diariamente, sempre buscando o melhor resultado para que sua prática docente seja eficiente. A Educação Especial no Brasil é um campo acadêmico com diferentes instancias e seu marco inicial ocorreu na década de 1960, com a formação específica de professores para Educação Especial. Este trabalho, Ensaio Teórico, tem como objetivo fazer uma breve discussão sobre o tema: “Formação de professores para a Educação Especial”, na perspectiva de como se da essa formação nas universidades e o que os cursos, de formação de professores, abordam em seus planos de curso para que ocorra essa preparação de forma eficiente a atender esse público. Infelizmente os estudos indicam que os professores se sentem despreparados para atuar no ensino inclusivo e propõem um maior investimento em formação inicial e também em capacitações.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Especial. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Ser professor é desafiar-se, questionar-se, reinventar-se diariamente, sempre buscando o melhor resultado para que sua prática docente seja eficiente. O professor deve conhecer os recursos didáticos, ter habilidades e conhecimentos e competências para lidar com diferentes situações sociais que podem sugerir na sala de aula. Segundo Vieira e Omote (2021) o processo de ensino – aprendizagem deve ser desenvolvido de forma que não haja interferências no julgamento do professor no que diz respeito aos alunos, tendo em vista as necessidades diversas do alunado.

A Educação Especial no Brasil é um campo acadêmico com diferentes instancias e seu marco inicial ocorreu na década de 1960, com a formação específica de professores para Educação Especial, sendo criado depois: habilitação em Educação Especial, Programas de Pós-Graduação, linhas de pesquisa, Revistas especializadas, eventos especializados, além da criação de redes de pesquisa. (CASAGRANDE; MAINARDES,2021).

Segundo Casagrande e Mainardes (2021) a Educação Especial como campo acadêmico é um espaço onde ocorrem práticas sociais relacionadas à produção de bens acadêmicos e a sua circulação, trazendo consigo a ideia de universidades, construindo sua autonomia e legitimidade por meio da

¹ Pós-Graduanda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD e Professora de Química do Instituto Federal do Maranhão – IFMA; anajulia@ifma.edu.br;

² Pós-Graduanda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD e Professora de Educação Física do Instituto Federal do Maranhão – IFMA; vanessa.xavier@ifma.edu.br.

institucionalização, sendo um campo acadêmico autônomo e com suas próprias leis, que luta pela autonomia científica, verdade acadêmica e reconhecimento dos pares. Encontra –se entre campos que mantem relação entre si, como a legislação educacional e do campo específico.

O campo acadêmico da Educação Especial foi estudo da e organizado em dois elementos: a) elementos antecedentes – que surge antes do campo específico; e b) elementos constituintes – que se referem a periódicos, associações, reuniões técnicas e científicas e as cátedras universitárias.

Ainda segundo os autores marco inicial para a institucionalização da Educação Especial foi baseado em movimentos históricos- políticos no Brasil no fim do século XVIII e começo do XIX, através da união de vários profissionais que faziam parte de um movimento chamado “liberalismo de elite”, que contribuiu, mesmo que timidamente, como uma tentativa de atenção a Educação Especial e às pessoas com deficiência. Desde o período imperial circulam Revistas de Educação no Brasil, contudo essas produções, com diversas denominações, eram impregnadas de termos como: “anormal” e “anormalidade”, e devido a valores econômicos, políticos, culturais e religiosos sempre havia a identificação do “anormal” como inferior. (CASAGRANDE E MAINARDES, 2021)

DESENVOLVIMENTO

Segundo Furlan *et al.* (2020) a educação inclusiva não deve focar apenas em ações afirmativas que acolham a população mais pobre, ela deve voltar-se no combate ao preconceito, seja de estudantes cotistas, mas também aos estudantes que apresenta necessidades educacionais especiais na educação superior, colaborando com a ideia de Bazon *et al.* (2018) que aponta a importância dos professores dos cursos de licenciatura refletirem sobre a importância do respeito à diversidade contribuindo com a formação de professores que atuem no favorecimento da educação inclusiva, democratizando assim a educação.

Todo professore é responsável pelo ensino de seus alunos, independente de condição física, intelectual e social. Para Bazon *et al.* (2018) o professor deve assumir a responsabilidade pelo ensino, independente de onde atue, contudo não deve ser esquecido que o mesmo precisa de ajuda especializada para a oferta de ensino de qualidade quando falamos de alunos PAEE. Furlan *et al.* (2020) e Bazon *et al.* (2018) ainda enfatizam a importância dessa inclusão acompanhada da cooperação, evitando assim a chamada inclusão marginal, que transforma escolas e universidades em ambientes perversos e degradantes, pois oficialmente incluem o estudante, contudo não possibilitam sua participação no processo de ensino-aprendizagem.

A inclusão deveria ser pensada nas licenciaturas desde a formulação do projeto do curso, no sentido de propor uma prática educativa voltada para a inclusão, o que não acontece segundo Borges, Santos e Costa (2019), pois os cursos só tratam da inclusão com a oferta da disciplina Libras, que é obrigatória nos cursos de licenciatura. Mesmo com as recomendações da inserção de conteúdos ou disciplinas que preparem os discentes a trabalhar com alunos PAEE. (BORGES; SANTOS; COSTA, 2019)

Bazon *et al.* (2018) aponta em seu estudo que a maioria dos professores não universitários não recebe formação específica para trabalhar com a Educação Especial e/ou inclusiva, para tanto a formação de formadores deve ser repensada para além da produção acadêmica e de pesquisa, devendo esses professores formadores se preocupar também com os saberes pedagógicos, que geralmente são esquecidos em virtude de suas disciplinas específicas.

O processo de industrialização e as mudanças na organização urbana trazem grande impacto para a política educacional, o que traz uma grande dificuldade de acesso à escola para uma grande parte da população, não só às pessoas com deficiência. Àquela época baseada na Teoria do Capital Humano ocorre uma relação entre educação e setor produtivo, que direciona os olhares para a educação de pessoas com deficiência. Na década de 1980, ocorre uma continuidade de ampliação da rede de ensino, fortalecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o compromisso assumido pelo país na conferência de Jontiem em 1990 e a assinatura da Declaração de Nova Delhi em 1993. (KASSAR e REBELO, 2021)

Ainda segundo os autores ocorre crescimento da rede escolar e a implantação de políticas sociais previstas na Constituição de 1988 com foco específico em ações de atendimento à pobreza, com isso o Brasil assume o compromisso, com a assinatura da Declaração de Salamanca, com a necessidade de escolarizar todas as crianças, inclusive as com dificuldades severas e dirigindo a atenção para as escolas comuns, que é compatível com a universalização do ensino obrigatório, incorporando todas as crianças na educação. De 1988 a 2002 observa-se a redução no número de instituições sob a administração federal e estadual. O que pode ser um indício da redução de investimento na Educação Especial. Existem diferentes possibilidades de análise para as informações que se tem para o que é hoje a nossa política de educação inclusiva. Uma dessas análises foi apresentada no relatório “Consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003-2016”, feito pelo MEC e que avalia as ações da educação inclusiva. Este documento atribuiu à Política nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, o papel de orientar Estados, Distrito Federal e Municípios para a transformação dos sistemas educacionais inclusivos. (KASSAR e REBELO, 2021)

O Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade apresenta várias falhas, entre elas: formações rápidas e pontuais, falta de recursos humanos e materiais e a falta de acompanhamento

posterior às ações. Houve um fortalecimento da ideia de que outra forma de atenção que não ocorresse em “sala comum” era uma forma de segregação e feria os Direitos Humanos. Há uma mudança de paradigmas na política educacional brasileira, a Política Nacional de Educação Especial sai de um paradigma integracionista com foco no modelo clínico de deficiência (1996) para uma política de inclusão (2016). Para se fazer uma Educação Especial com qualidade é necessário enfrentar vários desafios, como: destinação adequada dos recursos públicos, análise e proposição de formas diferenciadas de abordagem e espaços educacionais apropriados. A Declaração de Salamanca alerta que a educação especializada necessita de propostas educacionais adequadas e grandes esforços, não apenas adaptações. (KASSAR e REBELO, 2021)

Outro ponto importante a ser analisado sobre a formação desses profissionais é o que leva em consideração a situação social, no tocante a interação das pessoas, que leva a atitude social que é um sentimento pró ou contra objetos sociais.

Para Vieira e Omote (2021) atitude social dos professores no que diz respeito a Educação Inclusiva, deve ser um fator a ser considerado na formação de professores, na tentativa de garantir uma efetividade e qualidade para a educação de crianças e jovens. O ensino – aprendizagem é baseado no diálogo entre professor e aluno, por esse motivo é de extrema importância considerar as relações sociais no contexto escolar, objetivando uma maior/melhor compreensão do fenômeno educacional. Promover um ensino de qualidade, preparando as novas gerações para os desafios da modernidade, é necessário e urgente, para tanto precisa-se de investimento na educação que se faz necessário tanto para equipar as escolas, para investir em novas tecnologias e na capacitação dos professores.

O campo acadêmico da Educação Especial é caracterizado por ser abrangente e em expansão, contudo o que temos é insuficiente para o tamanho do país. Apesar do crescimento em pesquisa e publicações temos um déficit na formação de recursos humanos na graduação e pós-graduação.

Uma atividade que deve ser levada em consideração na capacitação dos professores são suas experiências e variáveis pessoais, pois estas podem influenciar positiva ou negativamente em sua formação. Levar em consideração esses aspectos ajuda a criar estratégias para mudança. As atitudes sociais são sentimentos pró ou contra um objeto social, composta por três elementos: cognitivo, afetivo e o comportamental. Quando falamos do aspecto cognitivo nós tratamos das crenças relacionadas ao objeto de estudo, ou seja, o público alvo da Educação Especial (PAEE), contudo essas “crenças”/informações podem ser transmitidas por meio de fontes não muito confiáveis, o que pode contribuir para a formação de preconceitos e estereótipos para com os alunos PAEE. (VIEIRA e OMOTE, 2021)

Conhecer os alunos pode dar ao professor a oportunidade de criar vínculos, mobilizar afeto, dando ao professor maior segurança e tendo uma maior aceitação por parte dos alunos. Contribuído para essa observação, estudos apontam que os professores com experiência com alunos PAEE apresentam atitudes favoráveis à inclusão (essa informação refere-se a professores de 6º a 9º ano, pois entre professores do 1º ao 5º ano não foi encontrada diferença nas atitudes dos que tinham e os que não tinham experiência com alunos PAEE). Uma coisa é incontestável, o ambiente de trabalho é um fator determinante para indicar atitudes sociais em relação à inclusão, pois professores com carga horária alta, sem acesso a recursos e apoio escolar são menos favoráveis à inclusão. Professores confiantes que terão apoio da escola, recursos educacionais, assistência no ensino e não aumentarão sua carga horária de trabalho com alunos PAEE, se mostram mais favoráveis à inclusão. (VIEIRA e OMOTE, 2021)

Para a mudança de atitudes sociais dos professores no que diz respeito a alunos PAEE, se faz necessário trabalhar os três componentes, cognitivo, afetivo e comportamental. Uma abordagem bastante eficaz é a exposição a novas informações, e tal procedimento pode ser incluído em programas de capacitação cursos e também em disciplinas específicas. Por ser um processo dinâmico e permanente é que o professor deve ser um processo dinâmico e permanente é que o professor deve ter seu primeiro contato com a Educação Especial ainda em seu período de formação.

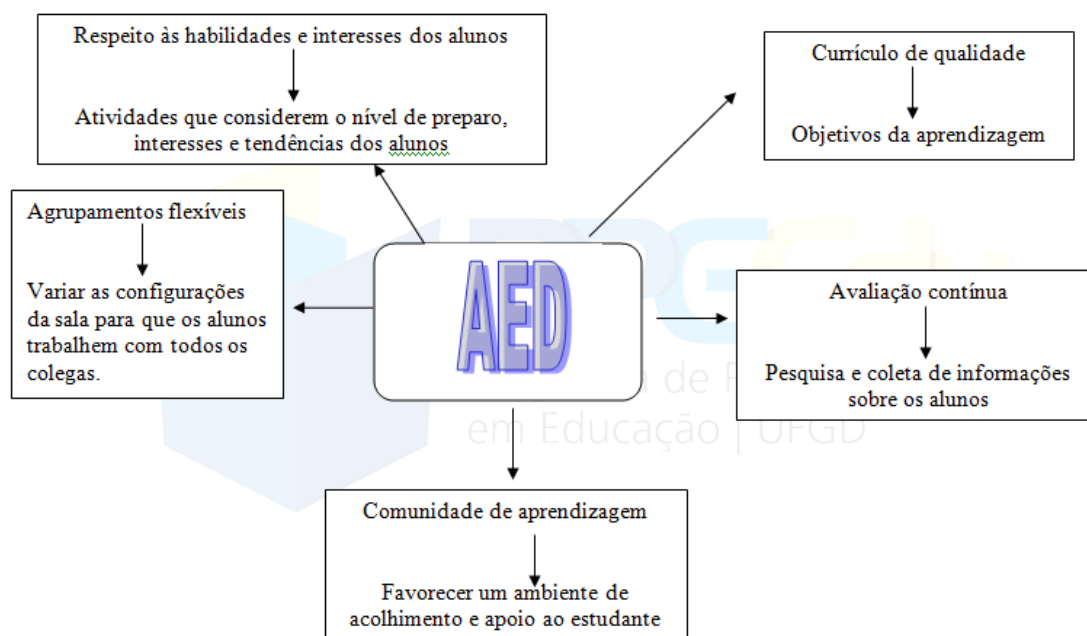
Estudos indicam que os professores se sentem despreparados para atuar no ensino inclusivo e propõem um maior investimento em formação inicial e também em capacitações. A formação de professores para trabalhar na Educação Especial ainda é muito falha, o curso de Pedagogia já tem um espaço ganho com a oferta de disciplinas específicas para a temática, contudo outras licenciaturas não ofertam esse mesmo espaço aos professores, o que contribuiu, de forma negativa, por não preparar o profissional para lidar com situações complexas que envolvem a inclusão no ensino. (VIEIRA e OMOTE, 2021)

Com o acesso dos alunos PAEE em salas de aula comuns o desafio dos professores passou a ser o de dar acesso a esses alunos aos conhecimentos do currículo padrão, contudo, devido à diversidade no aprendizado desses estudantes o ensino acaba sendo voltado para os que tem desempenho mediano, havendo a necessidade de um ensino diferenciado que contemple a todos esses alunos. (SANTOS e MENDES, 2021)

Um estudo realizado pelos pesquisadores Santos e Mendes (2021) apresenta a abordagem Differentiated Instruction, no português chamada de Abordagem do Ensino Diferenciado (AED), baseado nas produções da pesquisadora americana Carol Ann Tomlinson, da Universidade da Virgínia. Deve-se destacar que essa abordagem não é direcionada somente a alunos PAEE, pois seu objetivo é contribuir para que professores compreendam e respondam à diversidade existente na sala de aula. Essa abordagem apresenta capacidade de traduzir a diferenciação de forma a oferecer aos professores

ferramentas eficazes para a condução do ensino de forma a contemplar toda a diversidade existente em sala de aula. (SANTOS e MENDES, 2021)

Figura 01: Princípios do Ensino Diferenciado (ED), segundo a pesquisadora Carol Ann Tomlinson.



Fonte: produzido pela autora com base no trabalho de Santos e Mendes (2021).

Ainda segundo os autores a AED deve obedecer a um processo cíclico e contínuo de conhecer os alunos e responder pedagogicamente com a diferenciação, que é a base para a valorização e respeito à heterogeneidade da sala. (SANTOS E MENDES, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos indicam que os professores se sentem despreparados para atuar no ensino inclusivo e propõem um maior investimento em formação inicial e também em capacitações, no entanto observa-se também que esses profissionais, em sua grande maioria, nunca buscaram ferramentas de aprendizagem para trabalhar com esse público ou somente quando tiveram alunos PAEE matriculados em suas disciplinas. O que nos faz refletir sobre essa “capacitação” aligeirada, “de última hora”, e sua eficiência.

A formação de professores para trabalhar na Educação Especial ainda é muito falha, e isso podemos observar desde a criação dos projetos desses cursos de licenciatura, que só abrem espaço para

a Educação especial ao ofertarem a disciplina de libras, por ser obrigatória nesses cursos, não abrindo espaço de forma a atender a toda a diversidade que a educação especial abrange. No entanto devemos falar aqui do curso de Pedagogia que tem avançado significativamente nessa temática, pois além da disciplina de Libras eles ofertam outras disciplinas específicas para a temática. Infelizmente o fato de outras licenciaturas não abrirem esse mesmo espaço aos professores em formação contribuiu, de forma negativa, por não preparar o profissional para lidar com situações complexas que envolvem a inclusão no ensino.

O preparo do professor para trabalhar com alunos PAEE não deve ser limitado a adquirir novos conhecimentos e novas habilidades, mas deve haver uma mudança nas atitudes sociais do professor no que se refere à inclusão, buscando alternativas para atender a demanda da Educação Inclusiva.

Para trabalhar com alunos PAEE o professor deve estar ciente que seus sentimentos vão ser de grande influência para todos, por esse motivo o mesmo deve buscar seus sentimentos e concepções sobre os alunos PAEE de tal forma que mude suas atitudes sociais, caso necessário, para colaborar com a construção de conhecimentos favoráveis à inclusão.

Planejar e executar ações diariamente pode oportunizar vivências mais inclusivas no cotidiano escolar, além de criar espaços temáticos, momentos de reflexão e troca de experiências na tentativa de contribuir para uma melhora na segurança e na satisfação no trabalho docente

REFERÊNCIAS

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra *et al.* Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educ.Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 176672, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YBBwBh7N8W6ZGvsChPJvGfh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BORGES, Wanessa Ferreira; SANTOS, Cristiane da Silva; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Educação Especial e formação de professores: uma análise dos projetos pedagógicos de curso (ppc). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 138-156, 1 jan. 2019. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educacao. <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v14i1.11267>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/6198/619864543010/619864543010.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CASAGRANDE, Rosana de Castro; MAINARDES, Jefferson. O Campo Acadêmico da Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], v. 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0132>



FURLAN, Elaine Gomes Matheus *et al.* Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Avaliação, Campinas**, Sorocaba, v. 25, n. 02, p. 416-438, jul. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/pFKNPXxWSrpJzKx8h4mnddg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2021.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], v. 24, n. especial, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400005>

SANTOS, Keisyani da Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 40-50, ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138>

VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], v. 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0254>